



# FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA NA UFPB E UFCG: MUDANÇAS E DESAFIOS DA NOVA REFORMA CURRICULAR

---

**Rita de Cassia Santos de Lira**  
*Universidade Federal da Paraíba*

**Lenilton Francisco de Assis**  
*Universidade Federal da Paraíba*

## RESUMO

O artigo analisa as mudanças e os desafios da formação de professores de Geografia após a aprovação da BNC-Formação que impôs nova reforma curricular aos cursos de licenciatura do Brasil. Para tanto, realiza uma análise documental das duas últimas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores e de três Projetos Pedagógicos de Cursos presenciais de licenciatura em Geografia da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Federal de Campina Grande. A pesquisa do tipo qualitativa também fez uso de revisão bibliográfica e de videografações como fontes complementares. A análise de conteúdo foi a técnica utilizada para o exame dos dados que revelaram diferenças e avanços formativos nos cursos investigados cujos posicionamentos das instâncias representativas são de se colocarem contrários e resistentes às mudanças impostas pela BNC-Formação.

**Palavras-chave:** Formação de Professores, Geografia, BNC-Formação, Reforma Curricular, Educação Geográfica.

# GEOGRAPHY TEACHER TRAINING AT UFPB AND UFCG: CHANGES AND CHALLENGES OF THE NEW CURRICULAR REFORM

---

## ABSTRACT

The article analyzes the changes and challenges in Geography teacher education following the approval of the National Curricular Base for Teacher Education (BNC-Training), which imposed a new curricular reform on teacher education courses in Brazil. To do so, it conducts a documentary analysis of the last two National Curricular Guidelines for teacher education and three Pedagogical Projects of face-to-face Geography teacher education courses at the Federal University of Paraíba

and the Federal University of Campina Grande. The qualitative research also used bibliographic review and video recordings as complementary sources. Content analysis was the technique used to examine the data, which revealed differences and advancements in the investigated courses, whose representative bodies' positions are contrary to and resistant to the changes imposed by the BNC-Training.

**Keywords:** Teacher Education, Geography, BNC-Training, Curricular Reform, Geographic Education.

## INTRODUÇÃO

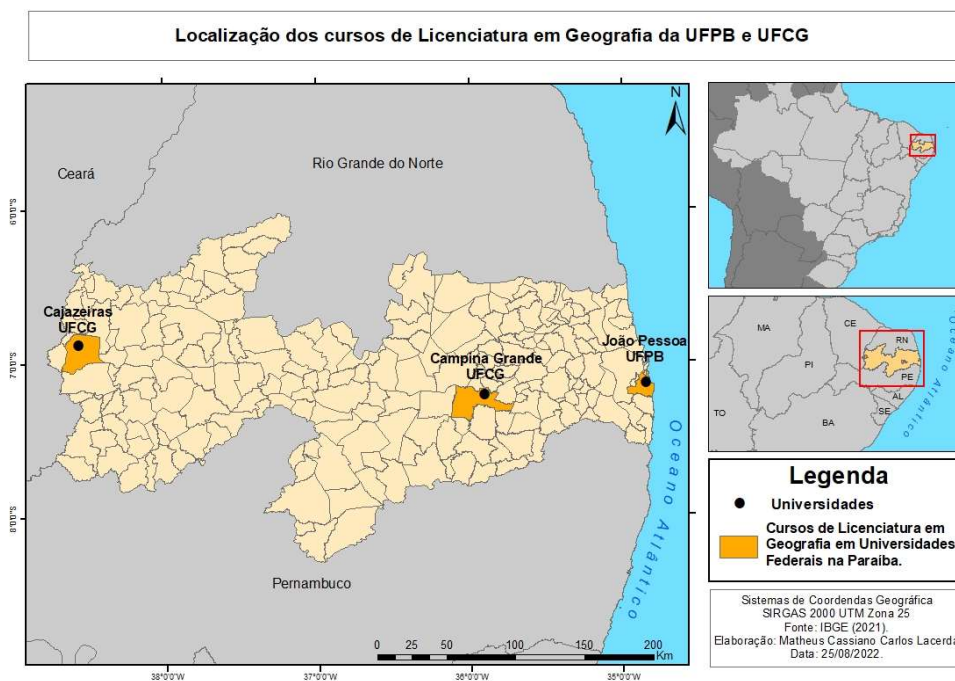
Desde o golpe jurídico-midiático-parlamentar de 2016, que resultou no impeachment da Presidenta Dilma Rousseff e na posse de Michel Temer para Presidência da República, a agenda neoliberal foi retomada no Brasil de forma mais célere e evidente (Saviani, 2020; Fonseca, 2022). O país viveu uma sequência de acontecimentos políticos que fizeram avançar o neoliberalismo em todos os setores da vida social, inclusive na educação básica e superior. As bruscas mudanças nas políticas educacionais resultaram na Reforma do Ensino Médio, via medida provisória, ainda em 2016, e levaram à aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no final de 2018. Tais reformas iniciadas na educação básica também miravam o ensino superior, especialmente os cursos de formação de professores.

Por isso, já no primeiro ano do Governo Bolsonaro, em 2019, tivemos a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Professores para a Educação Básica, a chamada BNC-Formação, que foi gestada ainda no Governo anterior de Michel Temer. Esta impôs um novo regulamento para os cursos de licenciatura do país, quatro anos após o CNE ter aprovado a Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, ou seja, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica (DCN 2015). Em 2019, a maioria das universidades e demais Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil ainda estavam discutindo e implementando as propostas da DCN 2015 quando a BNC-Formação foi aprovada obrigando os cursos a realizarem uma nova reforma curricular diante de outra que sequer tinha sido finalizada ou totalmente implantada. A celeridade de impor uma nova diretriz para os cursos de licenciatura tinha sentido e intencionalidade: alinhar a BNCC com a BNC-Formação e, com isso, padronizar a reforma dos currículos das escolas e das universidades para atender as demandas do mercado (ANFOPE, 2021; Albuquerque et al., 2021; Assis; Albuquerque; Morais, 2022).

Desse modo, o presente artigo analisa as mudanças e os desafios da formação de professores de Geografia, após a aprovação da BNC-Formação (2019). Para tanto, realiza uma análise documental das duas últimas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores e de três Projetos Pedagógicos de Cursos de licenciatura em Geografia da Paraíba, localizados nas universidades federais a saber: o curso da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no litoral, em João Pessoa; e os dois cursos da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), um

situado no campus Campina Grande, no Alto da Serra da Borborema; e o outro no campus Cajazeiras, no Sertão Paraibano, como podemos ver na Figura 1.

**Figura 1.** Mapa de localização dos cursos de licenciatura em Geografia das Universidades Federais da Paraíba



Fonte: Adaptado do IBGE, 2021.

Segundo dados do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior do Ministério da Educação (Cadastro e-MEC), existem sete cursos de Geografia na Paraíba e todos funcionam em IES públicas. Desse total, cinco são cursos presenciais de licenciatura, um de educação a distância e um de bacharelado.

No presente artigo, analisamos os três cursos presenciais das IES federais seguindo a ordem cronológica dos PPC implantados, ou seja, do mais antigo para o mais recente. A análise dos dois cursos presenciais da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) pode ser encontrada em Assis, Coriolano e Silva (2022).

Iniciamos com o curso do campus Cajazeiras, da UFCG, que funciona no Centro de Formação de Professores - CFP. O atual PPC que rege o curso foi aprovado em 2008 e conta com carga horária de 3.060 horas/aula.

O segundo curso é o da UFPB, em João Pessoa, que passou por várias reformas desde sua criação, sendo a última em 2016 com a construção de dois PPC, um do bacharelado e outro da licenciatura. O curso de licenciatura é noturno, possui 3.015 horas/aula e funciona no Departamento de Geociências - DGEOC, do CCEN-UFPB.

Já o terceiro curso é o do campus I da UFCG, em Campina Grande, que possui 3.210 horas/aula, com turmas matutinas e noturnas. Está localizado no Centro de Humanidades, na Unidade Acadêmica de Geografia – UAG. O PPC que rege o curso foi revisado em 2019 em atendimento às DCN 2015. Atualmente, os três cursos estão em processo de reforma curricular para atender às normativas da BNC-Formação, impostas pelo governo federal em 2019.

Embora a formação de professores seja um tema crescente das pesquisas no campo do Ensino de Geografia (Pinheiro, 2005; Cavalcanti, 2012, 2016; Cacete, 2017), estudos específicos sobre reforma curricular e processos de adequação às DCN ainda são escassos nos cursos de licenciatura de Geografia (Assis, 2023).

Desse modo, investigações como a aqui realizada são de extrema importância para contribuir com as crescentes pesquisas da Educação Geográfica e para subsidiar processos de reforma que aperfeiçoem a formação inicial de professores e, conseqüentemente, o Ensino de Geografia na Paraíba. Nesse âmbito, valem destacar as pesquisas de outros colegas da Paraíba sobre reforma curricular e formação de professores de Geografia, tais como os trabalhos de Farias e Oliveira (2014), Almeida e Pinheiro (2016), Pessoa (2017); Assis, Albuquerque e Morais (2022) e Assis (2023). Na sequência do artigo, apresentamos a metodologia aplicada.

### **Metodologia**

Os procedimentos e técnicas seguiram a abordagem da pesquisa qualitativa que se constitui de particular relevância para o estudo das relações sociais. A abordagem qualitativa permite ao investigador social pluralizar as esferas da vida e, nesse contexto, a educação e a formação de professores em diferentes tempos e espaços. Porém, Flick (2009, p. 23) alerta quanto à necessidade do rigor teórico-metodológico da pesquisa qualitativa ao ressaltar que:

Os aspectos essenciais da pesquisa qualitativa consistem na escolha adequada de métodos e teorias convenientes; no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas; nas reflexões dos pesquisadores a respeito de suas pesquisas como parte do processo de produção de conhecimento; e na variedade de abordagens e métodos.

Nesse sentido, o primeiro procedimento adotado se pautou na análise de documentos oficiais como as DCN (BRASIL, 2015; 2019) e os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC). Em ordem cronológica, realizamos fichamentos dos PPC dos cursos de licenciatura em Geografia do campus Cajazeiras (UFCG, 2008), do campus João

Pessoa (UFPB, 2016) e do campus Campina Grande (UFCG, 2019). Por se tratar de documentos oficiais, é importante ressaltar que:

Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte “natural” de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto (Lüdke; André, 1986, p. 36).

Para variar as abordagens e teorias, recorreremos à análise bibliográfica de livros e artigos científicos sobre formação de professores, políticas educacionais, currículo e ensino de Geografia, de autores como Zeichner (2013), Ball (2021), Saviani (2020), Fonseca (2022), Cavalcanti (2012) e Cacete (2017). Também analisamos artigos de coordenadores, professores e estudantes dos cursos investigados que foram publicados no e-book “Formação de Professores de Geografia na Paraíba: avanços e resistências na reforma curricular”, organizado por Assis, Albuquerque e Moraes (2022). Este livro é uma coletânea que reúne as reflexões apresentadas em mesas redondas e grupo de trabalho do Seminário Formação de Professores de Geografia da Paraíba, ocorrido na UFPB, em maio de 2022 (Figura 2), como uma das atividades e resultados da pesquisa PIBIC/CNPq/UFPB que também derivou neste artigo. O projeto de pesquisa “Indicadores de mudanças na formação de professores de Geografia na Paraíba: contribuições para a reforma curricular dos cursos de licenciatura” foi desenvolvido e orientado pelo Prof. Dr. Lenilton Francisco de Assis (DME-UFPB), juntamente com quatro bolsistas, entre 2020 e 2022.

Nesta publicação, participamos com a escrita do capítulo “BNC-Formação: o realinhamento às políticas neoliberais de influência norte-americana na formação de professores no Brasil” (Assis; Lira; Monteiro, 2022), que sistematiza outra parte da revisão documental e bibliográfica realizada na referida pesquisa.

As gravações do seminário foram hospedadas no Youtube e constituíram fontes de pesquisa do tipo videogravações (Garcez; Duarte; Eisenberg, 2011). Os vídeos estão hospedados no Canal do Grupo de Pesquisa Ciência Educação e Sociedade (GPCES - UFPB). Realizado nos dias 18 e 19 de maio de 2022, no formato híbrido, o Seminário Formação de Professores de Geografia na Paraíba contou com a presença dos coordenadores dos seis cursos de licenciatura em Geografia do estado que, no grupo de trabalho sobre reforma curricular, apresentaram os avanços e desafios para os cinco cursos presenciais e para o curso a distância. Ao longo dos dois dias, os coordenadores tiveram os seguintes temas como provocação do GT: “Reforma Curricular em Questão: Licenciaturas em Geografia da Paraíba - Que Cursos Temos?” e “Reforma Curricular em Questão: Licenciaturas em Geografia da Paraíba - Que Docentes Queremos e Como Faremos?” (Figura 3).

**Figura 2.** Lançamento do livro Formação de Professores de Geografia na Paraíba: avanços e resistências na reforma curricular



Fonte: Arquivos pessoais (2022).

**Figura 3.** Grupo de trabalho Reforma Curricular em Questão: Licenciaturas em Geografia da Paraíba - Que Docentes Queremos e Como Faremos?



Fonte: Arquivos pessoais (2022).

Além do GT, o Seminário promoveu mesas de discussões sobre a BNC-Formação e a BNCC, propiciando um profícuo diálogo entre professores e estudantes de todos os cursos de licenciatura do estado, tornando-se, assim, um material complementar da investigação realizada.

Dessa forma, complementamos a pesquisa bibliográfica e documental com a análise dos depoimentos em vídeos dos coordenadores dos cursos da UFPB e UFCG que participaram do GT. Conforme Garcez, Zena e Eisenberg (2011, p. 255-256), “a

dimensão técnica da videogravação deve ser pensada de forma sempre articulada aos objetivos da pesquisa, já que influi diretamente na coleta/produção dos dados e, conseqüentemente, nos resultados”. A videogravação nos permitiu extrair depoimentos espontâneos que expressam leituras da realidade dos cursos de licenciatura em Geografia das universidades federais paraibanas, a partir dos depoimentos de importantes sujeitos que vivenciam e coordenam as mudanças e os desafios nos três cursos em apreço.

Por fim, a análise de conteúdo (Bardin, 1979; Ludke; André, 1986) foi a técnica utilizada para o exame dos dados dos documentos oficiais, dos materiais bibliográficos e dos discursos e mensagens presentes nas videograções. A leitura flutuante do corpus documental nos permitiu categorizar e comparar os componentes curriculares dos PPC dos três cursos investigados, assim como a desmembrar dos textos e das videograções recortes de falas com frequência de itens de sentido para as interpretações e inferências da pesquisa.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

No mundo, no Brasil e na Paraíba, as realidades dos cursos de licenciatura são distintas. Contudo, nas últimas décadas, houve uma consonância de políticas globais e locais voltadas à privatização da educação e da formação de professores em virtude da crescente difusão do neoliberalismo nas políticas educacionais (Ball, 2001; Zeichner, 2013; Assis; Lira; Monteiro, 2022). Na análise documental, identificamos que, antes da BNC-Formação de 2019, vigoravam no Brasil as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de 2015 que foram construídas ao longo dos Governos Lula e Dilma (2003-2016), do Partido dos Trabalhadores (PT). Após 13 anos de debates com as universidades e associações representativas de profissionais da educação, as DCN 2015 foram aprovadas com indicativos de mudanças para a formação inicial e para a formação continuada de professores que passaram a ser pensadas como dimensões articuladas e indissociáveis da profissão docente. Foi um documento que propunha uma reforma na educação brasileira de maneira democrática e alinhada com os anseios dos docentes e das pesquisas feitas pelos especialistas em educação do país. Nesse sentido, as DCN 2015 consideravam que:

[...] A igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; a valorização do profissional da educação; a gestão democrática do ensino público; a garantia de um padrão de qualidade; a valorização da experiência extraescolar; a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; o respeito e a valorização

da diversidade étnico-racial, entre outros, constituem princípios vitais para a melhoria e democratização da gestão e do ensino (Brasil, 2015, p. 1).

Diferente destas DCN que, convém ressaltar, ainda estavam em discussão e implantação pela maioria dos cursos de licenciatura do país, os profissionais da educação foram surpreendidos com a rapidez da aprovação da BNC-Formação no final de 2019. Essa nova diretriz que se tornou a base para os cursos de licenciatura do país também os obrigou a realizar a nova reforma curricular quando a que estava em curso ainda não fora finalizada e implantada em muitas universidades. Na nova diretriz, os conceitos de competências e habilidades voltaram a orientar a formação docente que, assim, recuperava o antigo propósito de formar mão de obra para o mercado de trabalho. O neoliberalismo voltou a ditar a agenda econômica, redefiniu as políticas públicas e, conseqüentemente, mudou as políticas educacionais para a educação básica e para a formação de professores. Novas políticas como a BNCC e a BNC-Formação sobrevalorizavam a prática e o ensino técnico de alunos e professores que voltavam a viver os ditames da Educação Bancária denunciada por Freire (2019) há algumas décadas.

Articulada à BNCC da educação básica, a BNC-Formação buscava a padronização dos currículos no Brasil, alinhando a formação de professores nas universidades com as competências previstas para serem trabalhadas nas escolas. Podemos observar este alinhamento quando a BNC-Formação afirma:

A BNCC da Educação Básica traz dez competências gerais que devem ser desenvolvidas pelos estudantes, tendo como princípio a Educação Integral, que privilegia o desenvolvimento pleno das pessoas. Essas competências estabelecem um paradigma que não pode ser diferente para a formação docente (Brasil, 2019, p. 15).

Logo, a formação de professores se torna menos teórica e reflexiva, mais centrada na prática e distante da ideia de professores como intelectuais autônomos, críticos e transformadores que se preocupam com a pluralidade na escola (Giroux, 1997; Freire, 2019). Busca-se formar professores seguindo um modelo neoliberal, técnico e prescritivo que torna o docente da universidade e da escola um aplicador do currículo oficial imposto.

Destarte, um movimento de resistência a essas mudanças curriculares começou a se estruturar no meio acadêmico, como afirma Fonseca (2022, p. 35):

Desde a aprovação da Resolução nº 2/2019, pelo CNE, e sua posterior homologação pelo MEC, um expressivo



movimento de resistência vem se constituindo entre as Instituições de Ensino Superior, entidades científicas e do movimento sindical, no sentido da recusa à implantação da BNC-Formação. Foi da mobilização deste movimento que resultou a prorrogação, por mais um ano, do prazo final para que as instituições formadoras promovessem a adequação dos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura ao currículo proposto na referida resolução. Mais do que a prorrogação, é necessário resistir à imposição representada pela BNC-Formação, na perspectiva de sua revogação e do retorno às definições da Resolução CNE nº 2/2015 (Fonseca, 2022, p. 35).

Diante da nova legislação, analisamos como os cursos presenciais de licenciatura em Geografia estão lidando com essas mudanças nas universidades federais do estado da Paraíba. Iniciamos com uma tabela de distribuição de carga horária dos componentes curriculares que, para efeito de comparação entre os três cursos, agrupamos em cinco categorias: 1. Componentes específicos da formação em Geografia; 2. Componentes da formação pedagógica; 3. Componentes da formação científica geral; 4. Componentes optativos, flexíveis e livres; 5. Estágios supervisionados (Tabela 1).

**Tabela 1.** Distribuição de carga horária dos cursos de Licenciatura em Geografia da UFPB e UFCG por categorias de componentes curriculares.

Instituição	Carga horária					Total
	Componentes específicos da formação em Geografia	Componentes da formação pedagógica	Componentes da formação científica geral	Componentes optativos, flexíveis e livres	Estágios supervisionados	
UFPB - João Pessoa	1560	480	120	450	405	3.015
UFCG - Cajazeiras	1170	900	180	405	405	3.060
UFCG - Campina Grande	1500	585	345	330	450	3.210

Fonte: Adaptado pelos Autores dos Projetos Pedagógicos de Curso, 2024.

Nesta categorização para análise de conteúdo, consideramos como componentes específicos da formação em Geografia todos os que envolviam o estudo desta ciência, com temáticas que perpassam à Geografia Humana, Geografia Física, Cartografias e Geotecnologias.

No caso dos componentes curriculares da formação pedagógica, reunimos História, Psicologia e Filosofia da Educação, assim como Didática, LIBRAS, Educação das Relações Étnico-raciais, entre outros componentes que articulam a Geografia mais diretamente ao ensino, tais como Metodologia de Ensino de Geografia, Produção e Instrumentação de Recursos Didáticos em Geografia, Prática de Ensino em Geografia. Para os componentes da formação científica geral, juntamos conhecimentos de Metodologia do Trabalho Científico, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), assim como os fundamentos da Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Produção Textual. Os componentes optativos, flexíveis e livres integraram as disciplinas não obrigatórias, oficinas, minicursos e outras atividades de escolha dos alunos que complementam e diversificam a formação. Por fim, listamos os estágios supervisionados que têm a particularidade de serem componentes de oferta obrigatória em todos os cursos e articulam a formação na universidade à prática profissional na escola.

As cinco categorias foram criadas para unir componentes curriculares dos três cursos que, nos PPC investigados, tinham nomes e ementas idênticas ou aproximadas. A decisão de agrupá-los por categorias foi um recurso da técnica de análise de conteúdo para facilitar a comparação entre as instituições. Mas é importante destacar que cada curso tem sua maneira própria de dividir os componentes curriculares em áreas ou núcleos que estão descritos com detalhes (ementa, carga horária, créditos) nos PPCs disponibilizados nos sites oficiais das duas universidades.

De modo geral, na Tabela 1, observamos a diferença da carga horária total do curso da UFCG Campina grande que ultrapassa as 3.200h, ao contrário dos dois outros cursos investigados que apresentam cargas horárias inferiores de 3.015h (UFPB) e 3.060h (UFCG Cajazeira). Essa discrepância se deve ao fato de que o curso de Campina Grande foi o único da Paraíba que realizou a reforma do seu currículo em atendimento às DCN 2015 e, portanto, teve que se adequar à carga horária mínima de 3.200h exigidas por aquela diretriz. A carga horária dos outros dois cursos ainda atendem ao mínimo de 2.800h estabelecidas nas DCN 2002.

Outro destaque da tabela é a diferença entre os conteúdos específicos da Geografia, quando comparados à carga horária dos componentes da formação pedagógica, o que confirma a valorização dos primeiros sobre os segundos em todas as licenciaturas investigadas. Vale destacar que o curso da UFCG Cajazeiras é o que apresenta maior proximidade de equilíbrio entre a formação específica e a formação pedagógica, fato este não observado no curso de Campina Grande, mesmo com a recente reforma do seu PPC, implantado em 2019.

Na sequência, apresentamos os cursos seguindo a cronologia das últimas reformas curriculares, ou seja, do mais antigo para o mais novo, o que não coincide com o ano de criação.

### **Universidade Federal de Campina Grande - Campus Cajazeiras**

O curso de licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Campina Grande, campus Cajazeiras, atualizou seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) em 2008, com base na Resolução CNE/CP 1/2002, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (Brasil, 2002). Esta resolução obrigou a separação entre os cursos de bacharelado e licenciatura, criou os estágios supervisionados de ensino e as práticas como componentes curriculares. Das universidades federais, o curso de licenciatura em Geografia do campus Cajazeiras possui o PPC mais defasado da Paraíba em relação às reformas solicitadas pelas últimas DCN. Porém, já era evidente o esforço do curso de direcionar a formação docente para o ensino básico. De acordo com o PPC, os objetivos gerais do curso de Cajazeiras são:

Formar profissionais capacitados para exercer a docência no Ensino Básico; Preparar o aluno (a) para elaborar e executar projetos voltados para o ensino, pesquisa e extensão que visem à produção e aplicação do conhecimento geográfico; Promover o desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional a partir da produção coletiva e de práticas investigativas; Integrar os conhecimentos geográficos e os contextos sócio-econômico-político e cultural através da disciplinaridade e interdisciplinaridade; Capacitar o aluno para a compreensão dos elementos e processos do meio natural e social com base na relação sociedade natureza, que se materializa na produção ou organização do espaço geográfico; Desenvolver no aluno (a) a capacidade de planejar, criar, executar, gerir e avaliar situações didáticas eficazes para a aprendizagem e desenvolvimento dos alunos; Fazer com que o aluno (a) compreenda a dimensão ética, social, política, cultural, econômica, profissional, assim como seus fundamentos psicológicos, pedagógicos, históricos e filosóficos; Conhecer e assumir um posicionamento crítico em relação à legislação que orienta e organiza os sistemas de ensino, bem como em relação às políticas destinadas à educação e no que se refere à organização da sociedade (UFPG, 2008, p. 10).

Observamos que o PPC possui uma ampla preocupação com a prática pedagógica e a realidade escolar. O curso é dividido em três núcleos: núcleo específico, núcleo de opções livres e núcleo complementar. Conta com diversos componentes curriculares gerais da área e da educação, além de 405 horas de práticas de ensino e 405 horas de estágios supervisionados obrigatórios. De acordo com o PPC, o Núcleo Específico contempla os conhecimentos geográficos, que incluem: História

do Pensamento Geográfico, Geografia Física, Geografia Humana, Geografia Regional e do Brasil. O Núcleo Complementar aborda conteúdos que associam o conhecimento geográfico e outras áreas do conhecimento, sendo, portanto, composto por disciplinas das áreas afins, instrumentais e pedagógicas. Por fim, o Núcleo de Opções Livres associa os componentes optativos e tópicos especiais em Geografia.

Vasconcelos e Lustosa (2022) afirmam que durante a construção do PPC vigente, a maioria dos docentes responsáveis não era licenciado, o que causou um curso de licenciatura com caráter bacharelesco. Na revisão do PCC que está em andamento, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) ajustou a carga horária mínima para 3.200 horas e incluiu na matriz curricular componentes optativos que tratam dos direitos humanos e diversidades étnico-racial, de gênero, sexual e religiosa. O curso possui 15 professores e abre 45 vagas para o ingresso de novos alunos por período. Segundo informações da coordenação, o curso registrava 322 alunos matriculados no segundo semestre de 2022.

No currículo vigente (UFCG, 2008), o curso apresenta maior equilíbrio entre a carga horária dos conhecimentos específicos da ciência geográfica e dos conhecimentos da educação, embora isso não seja garantia de articulação. As práticas de ensino minimizam esta separação ao articularem conteúdos específicos e pedagógicos. O primeiro componente de prática ocorre no terceiro período, sendo a Prática em Ensino de Cartografia, mas as outras ocorrem apenas depois do quinto período, assim como todos os estágios curriculares supervisionados. Portanto, os componentes que possuem maior articulação com o campo profissional ainda estão concentrados na segunda metade do curso, reservando para o final da formação o maior contato do estudante com a realidade escolar. Assis (2023, p. 58) afirma que, “no caso das práticas curriculares, destacamos o formato flexível para a sua oferta, o incentivo à integração de conteúdos específicos e pedagógicos, além da distribuição das quatro práticas ao longo do curso, com o início a partir do terceiro período”.

Contrário à nova reforma curricular imposta pela BNC-Formação, o Professor Doutor Santiago Vasconcelos, então Coordenador do curso de licenciatura em Geografia do campus Cajazeiras, afirmou durante o Seminário Formação de Professores de Geografia na Paraíba, que currículo é relação de poder e que, por isso, precisam lutar e resistir. Para ele:

Na contramão dessa ideologia neoliberal que domina a política e as instituições, uma ideologia que é perversa, que está por trás dessas reformulações impostas, o nosso curso de licenciatura em Geografia do CFP-Cajazeiras vem tentando reconstruir sua identidade no construir de novas formas que não atendam a esses interesses, mas que atendam uma concepção de educação pautada na formação do cidadão para a vida, e não apenas treinar

para o mercado. [...] A nossa posição, do núcleo docente estruturante, é de resistência e é assim que vamos tentar lutar até o fim, resistindo” (GPCES - UFPB, 2022a, min. 55).

O Professor ainda afirmou que o NDE do curso está preparando uma nova atualização do currículo, mas, no momento, está paralisada por causa da instabilidade de decisões governamentais sobre este assunto. No GT do Seminário Formação de Professores de Geografia na Paraíba, o coordenador acrescentou que o curso pretende criar um programa permanente de avaliação do currículo com a participação dos alunos ativos e egressos, inclusive para examinar a inserção no mercado de trabalho. Ressaltou a importância de concursos públicos para docentes, pois há sobrecarga de horas de trabalho e o curso contou com atualização e aumento da carga horária total. Destacou também a importância de investimentos em infraestrutura e tecnologia para atender melhor os professores e estudantes. Enalteceu a necessidade do diálogo entre os cursos para compartilhar experiências curriculares. Concluiu sua fala com críticas à BNC-Formação, trazendo o questionamento sobre formar professores para “saber fazer” apenas o que a BNCC diz (GPCES - UFPB, 2022).

A partir disso, analisamos que o curso citado está construindo um currículo contrário às prescrições da BNC-Formação, sendo mais compatível com as ideias defendidas nas DCN 2015. Percebemos também que é sólido o papel de resistência do NDE em relação ao modelo neoliberal de formação de professores que está expresso na BNCC e na BNC-Formação.

### **Universidade Federal da Paraíba - campus João Pessoa**

A UFPB possui dois cursos de graduação em Geografia, um de bacharelado e outro de licenciatura. Possui um Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) com cursos de mestrado e doutorado, além de linha de pesquisa específica em Educação Geográfica. O PPC vigente é do ano de 2016 e tem como base legal a Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002. Antes deste, o curso era regido pelo PPC de 1998 que permitia a formação concomitante de bacharel e licenciado, o que diminuía a importância de uma formação de professores sólida, com ênfase na realidade da escola. Atualmente, são dois cursos com entradas, turnos e currículos específicos.

Identificamos que o curso foi impedido de abrir novas vagas com o projeto de pedagógico de 1998 e, por isso, em 2016, iniciou a implantação do novo curso de licenciatura cujo PPC tem como objetivo:

Oferecer uma consistente formação crítica, reflexiva e condizente com a atuação do profissional em Geografia,

a fim de que este possa desempenhar a sua profissão com eficiência e criticidade, como professor de ensino fundamental e médio (UFPB, 2016, p. 8).

Assis e Silva (2002) afirmam que o novo PPC possibilitou maior articulação entre os conhecimentos específicos da Geografia, os conhecimentos pedagógicos e a prática profissional, promovendo também mudanças com a substituição das práticas de ensino pelos estágios supervisionados. O novo curso teve ainda aumento de carga horária, reformulação das ementas dos componentes curriculares e maior articulação da universidade com a escola. O curso contava com 30 professores e 191 estudantes matriculados em 2022.

Observamos que a estrutura curricular ainda se divide entre conhecimentos específicos da Geografia e da Educação. Assim como o curso da UFCG Cajazeiras, os estágios supervisionados de ensino, na UFPB, estão presentes apenas na segunda metade do curso, permitindo a vivência escolar apenas no final da formação inicial. O curso da UFPB tornou obrigatórios dois componentes optativos na área da educação e dois na área específica da Geografia.

De acordo com o PPC de 2016, os conteúdos básicos profissionais são obrigatórios e compreendem 50% da carga horária total. Devem incluir atividades práticas específicas de Estágio Supervisionado e a prática curricular visando à: observação e interlocução com a realidade e iniciação e prática para a profissão. As práticas curriculares abrangem 420 horas e os estágios supervisionados 405 horas, sendo estes ofertados a partir da segunda metade do curso.

Os conteúdos complementares estão de acordo com a resolução N. 46/2012, do CONSEPE/UFPB, e possuem componentes que utilizam conteúdos de aprofundamento, optativos de áreas gerais ou específicas e flexíveis, com atividades como congressos, oficinas, seminários e projetos de iniciação à docência e à pesquisa, por exemplo. Somam 20% da carga horária do curso e sua integração curricular requer análise do colegiado.

Assis (2023), analisando o currículo desta instituição, afirma que:

Contudo, na UFPB, há um equívoco na concepção da prática como componente curricular do novo currículo. As 420 horas dedicadas, exclusivamente, à oferta de disciplinas do Centro de Educação (Fundamentos da Educação, Didática, Política e Gestão da Educação e outras duas optativas) vão de encontro às DCN 2002. A orientação dessa diretriz é para que a prática curricular seja trabalhada no interior das áreas ou das disciplinas que constituem os componentes curriculares da formação docente, e não somente nas disciplinas de cunho pedagógico (Assis, 2023, p. 55).

No Seminário, realizado na UFPB, o então coordenador dos cursos de bacharelado e licenciatura, Professor Doutor Victor Coelho, fez considerações interessantes sobre o futuro do curso de licenciatura. Para ele, grande parte das questões voltadas para as licenciaturas perpassa pela qualificação dos professores formadores, problema que implica diretamente a licenciatura em Geografia da UFPB que ainda sofre grande influência do bacharelado (GPCES - UFPB, 2022b, 1h36min).

O coordenador deu um exemplo desse conflito com o fato de ambos os cursos serem coordenados pela mesma equipe, o que dificulta desassociar a influência do bacharelado na licenciatura. Ele afirmou ainda que o problema permanece nos últimos seis anos e demonstra a necessidade de concursos públicos para professores da área da educação geográfica (GPCES - UFPB, 2022b, 1h39min).

Esta realidade reflete tanto nos grupos de estudos e pesquisas que existem no curso, quanto nos projetos de extensão e ensino que ainda são pouco voltados para formação inicial de professores de Geografia. Assis (p. 49, 2023) afirma que “Na UFPB/João Pessoa, o curso de Geografia forma professores há quase setenta anos reproduzindo um modelo formativo que confere pouca atenção à prática pedagógica”. Mas consideramos que a existência de programas como PIBID e Residência Pedagógica, mesmo ainda restritos a poucos estudantes, contribui com os estágios supervisionados para o acesso destes à pesquisa e à prática de ensino nas escolas. Vale registrar que o curso de licenciatura em Geografia na UFPB é exclusivamente noturno e tem elevado número de estudantes trabalhadores.

#### **Universidade Federal de Campina Grande - campus Campina Grande**

O curso de licenciatura em Geografia da UFCG, campus Campina Grande, teve seu PPC construído em 2019 com base nas DCN 2015. É o único curso da pesquisa que realizou a reforma curricular em atendimento às ditas diretrizes. De acordo com seu novo PPC, o objetivo do curso é:

Oferecer uma consistente formação crítica, reflexiva e comprometida com as transformações socioespaciais. Por isso, o Curso de Geografia visa formar profissionais com amplo domínio das questões espaciais e teórico-metodológicas para o exercício da profissão docente, uma vez que o trabalho pedagógico, desenvolvido no Ensino Fundamental e Médio, exige aprofundamentos em reflexões sobre conceitos centrais da ciência geográfica e temas de ensino que garantam o respeito à construção do conhecimento discente (UFCG, 2019, p. 10).

Embora apresente um perfil profissional direcionado à formação de professores, seu recente projeto ainda sofre influência do bacharelado, o que pode ser atribuído ao legado formativo dos seus professores formadores. Os componentes curriculares dividem a carga horária entre teórica e prática. Há quatro estágios supervisionados e uma lista abrangente de componentes optativos nas áreas dos conhecimentos específicos e da formação de professores. O PPC de 2019 está dividido em três núcleos que se complementam: específico, complementar e opções livres.

Na análise do atual PPC, Souza e Carvalho (2022) afirmam que houve um desafio para realizar o diálogo entre os componentes curriculares específicos da Geografia com os componentes pedagógicos. É importante destacar que, durante o processo de reforma curricular, os discentes do curso foram ouvidos. Suas expectativas e sugestões levaram o novo currículo a tratar de temas relevantes como os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, diversidade, tecnologia, educação ambiental entre outros.

Na análise dos componentes curriculares deste curso, percebemos que o primeiro estágio supervisionado de ensino também se encontra na segunda metade do curso. O que diferencia esta estrutura curricular em relação à experiência dos estudantes com o cotidiano escolar é que a maioria dos componentes possui carga horária prática obrigatória, permitindo, em tese, este contato com a escola desde o início do curso. Fônsaca e Assis (2019) afirmam a importância das Práticas como Componentes Curriculares ao longo de toda estrutura curricular.

Analisando este currículo, especificamente no que revela sobre a divisão de carga horária entre teórica e prática, Assis (2023, p. 57) afirma que:

Todavia, a prática como componente curricular ficou ofuscada e subutilizada no novo currículo. A opção de diluir grande parte das suas 420 horas no núcleo das disciplinas específicas levou a que muitos dos componentes específicos tivessem sua carga horária dividida entre teórica e prática. Assim, disciplinas como Fundamentos para o Estudo da Geologia ou Região e Regionalização passaram a ter carga horária total de 60 horas, sendo repartida em 45 horas de teoria e 15 horas de prática curricular (Assis, 2023, p. 57).

O curso foi representado no Seminário Formação de Professores de Geografia da Paraíba pelos Professores Doutores Thiago Souza e Luiz Eugênio Carvalho. Eles compartilharam com a comunidade acadêmica suas visões sobre formação docente e reforma curricular. Defenderam questões como formação igualitária e cidadã para os estudantes, formação decolonial, formação de professores críticos, o que pressupõe a crítica inclusive à própria formação inicial.



Nesse sentido, destacamos também algumas disciplinas do novo PPC comentadas por Souza e Carvalho (2022, p. 216) tais como: “Educação, Diversidade e Inclusão”, “Vivência no Espaço Escolar”, “Introdução ao Trabalho Docente” e “História da Geografia Escolar”, na área da educação; e “Espaços da Descolonialidade e Emancipação”, “Cidade, Memória e Imaginário Social”, “História do Nordeste” e “Geografia das Américas”, optativos da Geografia. Este tipo de currículo se preocupa em ampliar a interdisciplinaridade da Geografia e priorizar questões amplas sobre a sociedade, preparando assim, professores para lidar com toda pluralidade que as escolas brasileiras oferecem. Souza e Carvalho também chamaram atenção para os desafios atuais para ampliar a inclusão e a diversidade nas reformas do currículo, ao comentarem que:

Desde o início do curso, a disciplina de Libras é obrigatória, mas só muito recentemente, estudantes com deficiência passaram a ser mais regulares nas salas de aula. Contudo, ainda se nota a ausência de pessoas transgênero, de negros e negras e estrangeir@s. Esta ausência é também um desdobramento do currículo ao passo que recrudescer a ausência destes sujeitos, estimulando um círculo vicioso muito perigoso a longo prazo (Souza; Carvalho, 2022, p. 218).

Identificamos que este curso vem sofrendo com a obrigatoriedade de se adequar à BNC-Formação sobretudo em função da sua recente atualização do PPC para adequação às DCN 2015. O tempo necessário para a preparação de um novo PPC é extenso, pois deve ser construído com base no diálogo e na democracia.

O coordenador do curso, Professor Doutor Thiago Souza (GPCES - UFPB, 2022b, 50min), ressaltou a potência política que é a sala de aula e como isso deve ser levado em consideração perante a ideia de qual curso e quais docentes queremos, tanto quanto a importância de conectar cada vez mais a universidade com a comunidade e avançar institucionalmente, ampliando vagas, preocupando-se com a permanência de alunos cotistas e garantindo que estes tenham uma formação sólida como professores de Geografia que exercem e contribuem com uma boa cidadania. Estas ideias caminham na contramão do que propõe a BNC-Formação.

O Prof. Dr. Luiz Eugênio Carvalho (GPCES - UFPB, 2022b, 2h25min), destacou as experiências dos professores e estudantes com as novas disciplinas do curso. Mostrou como tem sido positivo para a formação inicial dos professores o acesso às escolas ao longo do curso com a valorização das discussões pedagógicas.

Desse modo, esta pesquisa permitiu a análise de diferentes perfis de curso no estado da Paraíba. Um exemplo de PPC como o do curso de licenciatura em Geografia da UFCG, campus Campina Grande, mostrou como é o funcionamento de um curso com base nas regulamentações das DCN 2015, trazendo exemplos de

resultados positivos, ainda que com permanências da cultura bacharelesca que continua influenciando a licenciatura. É importante destacar que, nas dependências desse curso, foi implantado o Mestrado Profissional em Ensino de Geografia em Rede Nacional - PROFGEO que prioriza o ingresso de professores de Geografia da rede básica na pós-graduação e pesquisas com foco na educação geográfica.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, o Brasil vem registrando retrocessos na formação inicial e continuada de professores. Na contramão desse movimento, detectamos que os cursos de licenciatura em Geografia das universidades federais na Paraíba buscam resistir às mudanças impostas nos seus currículos e funcionamentos.

Ao analisarmos os cursos da UFPB e UFCG, constatamos que estes se mantêm contra as mudanças que estão sendo impostas pela BNC-Formação, justamente por não concordarem com o modelo de professor de Geografia que se pretende formar com base nestas DCN. Além disso, percebemos que os cursos têm se empenhado em melhorar o currículo e a estrutura das licenciaturas em Geografia. Porém, também identificamos diferenças de carga horária entre os componentes categorizados, com o predomínio dos componentes específicos da ciência geográfica, em detrimento dos componentes da formação pedagógica.

A relação teoria e prática vem sendo aprimorada nos currículos implantados, especialmente por meio dos estágios supervisionados obrigatórios e das práticas como componentes curriculares que apresentam distribuição e modos de implantação diferentes em cada curso, inclusive com compreensão equivocada da sua função curricular e formativa. Os estágios supervisionados têm recebido especial nas reformas curriculares, embora ainda se concentrem na segunda metade dos cursos. Somados a estes componentes de articulação teoria-prática, universidade-escola, destaca-se o aumento de programas e projetos de iniciação à docência, tais como o PIBID, Residência Pedagógica e PROLICEN.

A promoção do Seminário Formação de Professores de Geografia na Paraíba, em maio de 2022, fortaleceu a percepção dos avanços e das resistências dos cursos de licenciatura em Geografia do estado. Nos dois dias do evento, identificamos como o encontro de coordenadores, professores e alunos das seis licenciaturas e de escolas públicas foi importante para conhecer as experiências formativas e contribuir para a tomada de decisões sobre os processos de reforma em cada curso. O seminário desencadeou um movimento coletivo de reflexão e resistência à implementação da BNC-Formação nos currículos dos cursos presentes no evento, mas também de questionamentos sobre as influências bacharelescas que ainda permeiam os processos de reforma curricular.

No discurso final, o Prof. Dr. Lenilton Francisco de Assis (UFPB), que foi um dos coordenadores do evento, destacou que um dos resultados do Seminário foi a construção de uma rede de resistência e diálogo na Paraíba, entre professores, coordenadores e estudantes contrários à BNC-Formação (GPCES - UFPB, 2022b,

min. 2h43min). Outra fala importante foi da Profa. Dra. Maria Adailza Martins de Albuquerque (UFPB), vice coordenadora do evento, que ressaltou a criação de uma rede de apoio, resistência e pesquisa, que permite mais oportunidades para melhorar o ensino e a formação de professores de Geografia na Paraíba, criando assim a Rede EduGeo Paraíba (GPCES - UFPB, 2022b, min. 2h50min).

A Rede EduGeo Paraíba reúne professores, alunos e os coordenadores dos seis cursos de licenciatura em Geografia do estado que mantêm diálogo constante sobre os assuntos relacionados à reforma curricular, formação de professores, políticas educacionais e ensino de Geografia. A organização do Seminário e da Rede EduGeo Paraíba possibilitaram a rearticulação da rede de universidades públicas do estado que oferecem cursos de licenciatura em Geografia, construindo a resistência perante a BNC-Formação e permitindo a esperança de uma formação crítica, com articulação teoria-prática, com exemplos de escolas reais e com professores formadores que valorizem a profissão do professor de Geografia da educação básica.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. A. M. et. al. **Manifesto**: crítica às reformas neoliberais na educação – prólogo do ensino de Geografia. Marília: Lutas Anticapital, 2021.

ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação). **Política de formação e valorização dos profissionais da educação**: resistências propositivas à BNC da Formação inicial e continuada. Disponível em: <http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2021/04/20%E2%81%B0-ENANFOPE-%E2%80%93-Documento-Final-2021.pdf> Acesso em: 20 nov 2021.

ASSIS, L. F. **Formação de professores de Geografia e políticas educacionais**: duas décadas de mudanças e desafios (2002-2022). Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2023. Disponível em: [https://cdn.shopify.com/s/files/1/0490/1715/9829/files/EBOOK\\_GEOGRAFIA\\_E\\_POLITICAS\\_LENILTON\\_2023.pdf?v=1687963973](https://cdn.shopify.com/s/files/1/0490/1715/9829/files/EBOOK_GEOGRAFIA_E_POLITICAS_LENILTON_2023.pdf?v=1687963973) Acesso em: 21 nov. 2023

ASSIS, L. F.; ALBUQUERQUE, M. A. M.; MORAIS, N. R. (Orgs.). **Formação de professores de Geografia na Paraíba**: avanços e resistências na reforma curricular. João Pessoa: Editora do CCTA, 2022. Disponível em: <http://www.ccta.ufpb.br/editoraccta/contents/titulos/educacao/formacao-de-professores-de-geografia-na-paraiba-avancos-e-resistencias-na-reforma-curricular/livro-formacao-ebook-5.pdf> Acesso em: 12 jun 2022.

ASSIS, L. F.; LIRA, R. C. S.; MONTEIRO, M. C. G. **BNC-Formação**: o realinhamento às políticas neoliberais de influência norte-americana na formação de professores no Brasil. In: ASSIS, L. F.; ALBUQUERQUE, M. A. M.; MORAIS, N. R. (Orgs.). **Formação de Professores de Geografia na Paraíba**: avanços e resistências na reforma curricular. João Pessoa: Editora do CCTA, 2022. p. 37-64. Disponível em:

<http://www.ccta.ufpb.br/editoraccta/contents/titulos/educacao/formacao-de-professores-de-geografia-na-paraiba-avancos-e-resistencias-na-reforma-curricular/livro-formacao-ebook-5.pdf> Acesso em: 12 jun 2022.

ASSIS, L. F.; SILVA, M. G. **Formação de Professores de Geografia na UFPB: as mudanças das práticas de ensino para os estágios teórico-práticos.** In: ASSIS, L. F.; ALBUQUERQUE, M. A. M.; MORAIS, N. R. (Orgs.). *Formação de Professores de Geografia na Paraíba: avanços e resistências na reforma curricular.* João Pessoa: Editora do CCTA, 2022. p. 179-208. Disponível em: <http://www.ccta.ufpb.br/editoraccta/contents/titulos/educacao/formacao-de-professores-de-geografia-na-paraiba-avancos-e-resistencias-na-reforma-curricular/livro-formacao-ebook-5.pdf> Acesso em: 12 jun. 2022.

BALL, S. J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em Educação. **Currículo sem Fronteiras**, v.1, n.2, pp. 99-116, Jul/Dez 2001. Disponível em: <https://gestaoeducacaoespecial.ufes.br/sites/gestaoeducacaoespecial.ufes.br/files/field/anexo/ball.pdf> Acesso em: 12 jun 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1979.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP Nº 1/2002.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC, 2002.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP Nº 2/2015.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC, 2015.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP Nº 02/2019.** Institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília: MEC, 2019.

CACETE, N. H. **O ensino superior no Brasil e a formação de professores (1930-2000).** Jundiaí, SP: Paco, 2017.

CAVALCANTI, L. S. **O ensino de geografia na escola.** Campinas, SP: Papyrus, 2012.

\_\_\_\_\_. Para onde estão indo as investigações sobre ensino de geografia no Brasil? Um olhar sobre elementos da pesquisa e do lugar que ela ocupa nesse campo. **Boletim Goiano de Geografia (Online).** Goiânia, v. 36, n. 3, p. 399-419, set./dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/44546> Acesso em: 12 jun 2022.

FARIAS, P. S. C.; OLIVEIRA, M. M. (Orgs.). **A formação docente em Geografia: teorias e práticas.** Campina Grande: EDUFPG, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 67. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. - Porto Alegre, Ed. Artmed, 2009.

FONSÊCA, F. N.; ASSIS, L. F. A Formação Pedagógica dos cursos de Licenciatura da UFPB: repensando a prática como componente curricular. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, [S. l.], v. 11, n. 20, p. 27–44, 2019. Disponível em: <https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbfp/article/view/196> Acesso em: 23 nov 2022.

FONSÊCA, F. N. **Das Diretrizes Curriculares Nacionais à BNC-Formação: impactos nos cursos de licenciatura**. In: ASSIS, L. F.; ALBUQUERQUE, M. A. M.; MORAIS, N. R. (Orgs.). **Formação de Professores de Geografia na Paraíba: avanços e resistências na reforma curricular**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2022. p. 25-36. Disponível em: <http://www.ccta.ufpb.br/editoraccta/contents/titulos/educacao/formacao-de-professores-de-geografia-na-paraiba-avancos-e-resistencias-na-reforma-curricular/livro-formacao-ebook-5.pdf> Acesso em: 12 jun 2022.

GARCEZ, A.; DUARTE, R; EISENBERG, Z. Produção e análise de vídeo-gravações em pesquisas qualitativas. **Educação e Pesquisa**, 37 (2. p.), 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/q5XSP6jGHgkSWZdy4wGLBbg/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 12 jun 2022.

GATTI, B. A.; ANDRÉ, M. **A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em Educação no Brasil**. In: WELLER, W.; PFAFF, N. (Orgs.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em Educação: teoria e prática**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 29-38.

GPCES - UFPB. **Reforma curricular em questão: licenciaturas em Geografia da Paraíba - que cursos temos?** João Pessoa: Seminário de Formação de Professores de Geografia na Paraíba, 2022a. (208 min.). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=L3iw5kOlbpI&ab\\_channel=GPCES-UFPB](https://www.youtube.com/watch?v=L3iw5kOlbpI&ab_channel=GPCES-UFPB) Acesso em: 05 jul 2022.

GPCES - UFPB. **Reforma curricular em questão: licenciaturas em geografia da Paraíba - que docentes queremos e como faremos?** João Pessoa: Seminário Formação de Professores de Geografia na Paraíba, 2022b. (184 min.). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=Uy6YxysXkVI&t=8745s&ab\\_channel=GPCES-UFPB](https://www.youtube.com/watch?v=Uy6YxysXkVI&t=8745s&ab_channel=GPCES-UFPB) Acesso em: 13 ago 2022.

GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

PESSOA, R. B. **Professores de Geografia em início de carreira**: olhares sobre a formação acadêmica e o exercício profissional. 2017. 369f. Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Centro de Ciências Exatas e da Natureza. Tese (Doutorado). João Pessoa, 2017.

PINHEIRO, A. C. **O ensino de Geografia no Brasil**: catálogo de dissertações e teses (1967-2003). Goiânia: Ed. Vieira, 2005.

SAVIANI, Dermeval. Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formas de resistência. **Roteiro**, [S. l.], v. 45, p. 1–18, 2020. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/21512> Acesso em: 27 nov 2020.

SOUZA, T. R.; CARVALHO, L. E. P. **Reforma curricular na UFCG: avanços e desafios na geografia de Campina Grande**. In: ASSIS, L. F.; ALBUQUERQUE, M. A. M.; MORAIS, N. R. (Orgs.). Formação de Professores de Geografia na Paraíba: avanços e resistências na reforma curricular. João Pessoa: Editora do CCTA, 2022. p. 199-210. Disponível em: <http://www.ccta.ufpb.br/editoraccta/contents/titulos/educacao/formacao-de-professores-de-geografia-na-paraiba-avancos-e-resistencia-na-reforma-curricular/livro-formacao-ebook-5.pdf> Acesso em: 12 jun 2022.

UFCG. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia**. UFCG, Cajazeiras: 2008. Disponível em: <https://portal.ufcg.edu.br/graduacao.html> Acesso em: 12 jun 2022.

UFCG. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia**. UFCG, Campina Grande: 2018. Disponível em: <https://portal.ufcg.edu.br/graduacao.html> Acesso em: 12 jun 2022.

UFPB. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia/CCEN/UFPB**. Campus I, João Pessoa, 2016. Disponível em: <http://www.ccen.ufpb.br/ccblg/contents/documentos/licenciatura/projeto-pedagogico-do-curso-de-geografia-licenciatura-res-consepe-n-08-2016.pdf> Acesso em: 12 jun 2022.

VASCONCELOS, S. A.; LUSTOSA, J. P. G. **O curso de licenciatura em Geografia da UFCG, campus Cajazeiras**: trajetória, reformas curriculares e seus desafios. In: ASSIS, L. F.; ALBUQUERQUE, M. A. M.; MORAIS, N. R. (Orgs.). Formação de Professores de Geografia na Paraíba: avanços e resistências na reforma curricular. João Pessoa: Editora do CCTA, 2022. p. 211-240. Disponível em: <http://www.ccta.ufpb.br/editoraccta/contents/titulos/educacao/formacao-de-professores-de-geografia-na-paraiba-avancos-e-resistencia-na-reforma-curricular/livro-formacao-ebook-5.pdf> Acesso em: 12 jun 2022.

ZEICHNER, K. M. **Política de Formação de Professores nos Estados Unidos**: como e por que elas afetam vários países no mundo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

Contato com o autor: ritadecassia.cnb@hotmail.com

Recebido em: 12/02/2024

Aprovado em: 15/07/2024